

## **A *Gazeta de Lisboa* (1715-1760) enquanto paradigma da imprensa periódica portuguesa setecentista**

### **The *Gazeta de Lisboa* (1715-1760) as a paradigm of the eighteenth-century Portuguese periodical press**

**Eurico José Gomes Dias<sup>1</sup>**

**Resumo:** A imprensa periódica portuguesa dita 'oficial' iniciou-se com a publicação da *Gazeta de Lisboa*, em 1715, e marcaria indelevelmente todo o século XVIII. Contudo, os seus primórdios remontam aos tempos da Restauração (1640-1668) e, de um modo mais esbatido e ténue, às publicações 'periódicas' editadas até à viragem dos séculos XVII-XVIII. Assim, importa evocar a pertinência desses títulos 'periódicos', no sentido de se conhecerem os fundamentos dessa mesma imprensa periódica oficial, os quais englobam um contexto editorial ainda pouco conhecido.

**Palavras-Chave:** *Gazeta de Lisboa*; imprensa periódica; século XVIII; História; historiografia

**Abstract:** The Portuguese 'official' periodical press began with the publication of the *Gazeta de Lisboa* in 1715 and would indelibly mark the entire eighteenth century. However, its origins date back to the time of the Restoration Wars (1640-1668) and, more remotely, to the 'periodic' publications that circulated until the turn of the seventeenth to the eighteenth century. Thus, it is important to address the relevance of these 'periodical' titles, in order to understand the foundations of the official press, which encompass an editorial context that is still little known.

**Keywords:** *Gazeta de Lisboa*; periodical press; 18<sup>th</sup> century; History; historiography

## 1. Os princípios da imprensa periódica portuguesa

A imprensa periódica surgiu em Portugal, assim como em qualquer local da Europa, da confluência de três fatores fundamentais: o progresso tecnológico da tipografia, o avanço das comunicações terrestres/marítimas e o interesse dos públicos pela notícia (TENGARRINHA, 1989, p. 29). Os periódicos portugueses publicados entre Seiscentos e Oitocentos transmitiram múltiplas imagens da *História*, que permitiram alimentar o imaginário e a cultura genérica dos leitores. As afinidades entre a História e a Imprensa não podem ser antagónicas, mas de coadjuvação mútua, o que sucede desde os primórdios da arte da notícia.

Existe todo um domínio inexplorado que permitirá prospeções fecundas e cremos que estas fontes, quase inaproveitadas, são utilíssimas para entendermos as sensibilidades e as atitudes mentais em várias épocas históricas. Os periódicos portugueses são exemplos vivos da História, quase sempre documentados ou fundamentados na veracidade de cada tempo. Assim, no que concerne ao entendimento da imprensa periódica dita 'oficial', da qual se estipulou ter sido iniciada com a *Gazeta de Lisboa* (1715), existe todo um manancial histórico-jornalístico que importa evocar e correlacionar com tal movimento.

Afigura-se ainda problemático discernir qual a publicação ou as iniciativas editoriais que podem ser consideradas como as 'componentes embrionárias' da História da imprensa periódica portuguesa. Um dos primeiros géneros literários a ser transposto para um suporte impresso terá sido o conjunto de informações manuscritas dispersas e inseridas na «literatura de viagens», à semelhança do que se registava na Europa.

Apontado por diferentes catálogos bibliográficos como sendo, muito provavelmente, o primeiro 'noticiário nacional', a folha noticiosa *Relação Vniversal do que svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente* constitui um valioso aglomerado de relatos acerca dos eventos bélicos e políticos portugueses entre 1625 e 1626 (PEREIRA, s. d., pp. 54-55; SOUSA, 2007). Estas informações foram inventariadas por Manuel Severim de Faria (1583-1655), doutorado em Teologia pela Universidade de Évora, depois chantre da Sé desta cidade, usando o pseudónimo de Francisco de Abreu (FARIA, 2001).

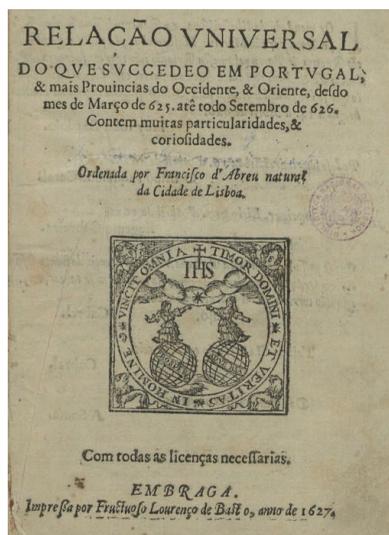


Figura n.º 1 – *Relação Vniversal do que svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente...*, Braga, Frutuoso Lourenço de Basto, 1627.

No entanto, a ausência de periodicidade e continuidade da *Relação Vniuersal do que svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente*, de que sobreviveram apenas dois exemplares – segundo o próprio Manuel Severim de Faria apenas seriam editadas quando acontecimentos importantes o justificassem – aparta-as da categoria dos «periódicos» devido à sua cadência editorial descorada (ROCHA, 1998, pp. 20-21). Os dois números que compõem a *Relação Vniuersal do que svccedeo em Portvgal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente* integram-se, portanto, na classe das *folhas volantes* reservadas ao restrito público português dos inícios do século XVII. Foi uma folha mensal de 32 fólhos, noticiosa e intencionalmente política, com um preço elevado e a particularidade de ser impressa em Braga, à época, um centro periférico da atividade tipográfica nacional.

Não obstante o papel original das *Gazetas*, datadas de 1641 a 1647-1648, o esforço inicial da imprensa periódica portuguesa situa-se cronologicamente um pouco atrás, pelo que dever-se-á assinalar a importância simbólica destas *Relações* (LOPES & SARAIVA, 1996, p. 542; SERRÃO, 1974). Note-se que esta publicação apresentava um forte teor nacionalista, a qual já ‘pressentia’ o movimento da Restauração de 1640 (MAS, 1988, p. 523).

A propensão noticiaria de Manuel Severim de Faria consagra-o na ‘galeria’ dos precursores da imprensa periódica em Portugal devido às suas *Relações*, ainda que seja matéria não totalmente consentânea. No entanto, talvez a sua obra mais conhecida seja *Noticias de Portugal* (1655), durante largo tempo erroneamente considerado um dos primeiros periódicos, mais não sendo do que um tratado sobre numismática, genealogia nobiliárquica, história das universidades peninsulares, reflexões sobre organização militar nacional e um memorial dos cardeais portugueses (FARIA, 1655, 2003).

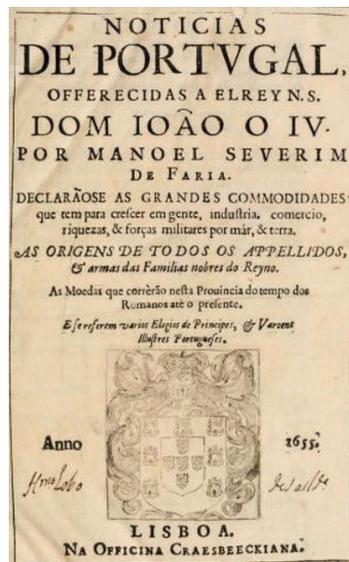


Figura n.º 2 – *Noticias de Portugal...*, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1655.

É impossível precisar a frequência editorial das *relações* e/ou a especificidade da sua clientela, dado que o analfabetismo grassava e os preços não eram convidativos à bolsa da maioria dos leitores. Com toda a certeza, foram editadas numerosas «folhas» e «relações» desde 1555 até ao primeiro ‘jornal’, em 1641, as quais motivaram uma expansão gradual entre nós.

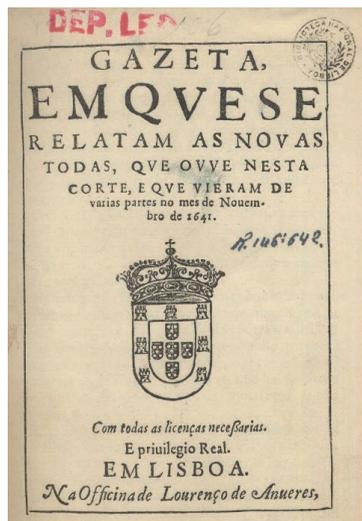
## 2. Os cânones primordiais da imprensa periódica portuguesa

O longo processo político e militar da Restauração originou abundante literatura patriótica, onde não faltaram os tratados panegíricos e tantos outros discursos e panfletos doutrinários e legitimadores da dinastia de Bragança, como se poderá constatar nos domínios da politologia, da historiografia, da parenética e, inclusive, da 'pueril' imprensa periódica portuguesa (CUNHA, 2001, p. 354).

As Guerras da Restauração, o arrastado conflito entre Portugal e Espanha (1640-1668), selou o fim do domínio filipino, compreendendo o início do reinado de D. João IV, e apenas cessaram no reinado de D. Afonso VI (1643-1683), embora fosse D. Pedro II (1648-1706) quem dominasse as negociações. Foram lutas incessantes em quatro continentes, particularmente duras nas campanhas brasileiras contra as pretensões holandesas e francesas, mantendo-se as operações militares durante quase três décadas, tendo constrangido Portugal a um enorme esforço financeiro e humano nesse sentido. Paralelamente, as campanhas militares foram acompanhadas de movimentos diplomáticos em prol do reconhecimento internacional perante França, Inglaterra, a Santa Sé, assim como nas Províncias Unidas e Suécia, atuações imprescindíveis para a nossa independência (SELVAGEM, 1999, p. 388).

Na difícil circunstância política e social que marcou a Restauração irão ser criadas as primeiras publicações periódicas em Portugal. Atualmente, tais fundamentos ainda constituem matéria de estudo algo penosa, não por falta de reflexões histórico-bibliográficas, mas porque as causas que facultaram o surgimento do periodismo português não podem ser aqui amplamente explanadas (CUNHA, 1941, pp. 15-16).

A imprensa periódica portuguesa, estreitamente conectada com a *praxis* jornalística, nasceu das convulsões sociais e políticas da Restauração de 1640, revelando, desde logo, o seu incomensurável poder de intervenção. Estas características editoriais, aliadas ao propósito eminentemente informativo, só se reúnem primeiramente nas denominadas *Gazetas*, a primeira das quais ostenta um título longo (como era costume), de *Gazeta, em Que Se Relatam as Novas Todas, Que Ovve Nesta Corte, E Que Vieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641*, sendo conhecidas por *Gazetas da Restauração*, ou, simplesmente, de *Gazetas* (DIAS, 2006; SOUSA, 2010).



**Figura n.º 3 – *Gazeta em que se relatam as novas todas, que ovve nesta Corte e que vieram de varias partes...*, n.º 1, Lisboa, Officina de Lourenço de Anvers, dezembro 1641.**

Ao invés, perante a incerteza informativa das *relações* ou panfletos editados irregularmente, tanto nas versões manuscritas como impressas, as quais já não conseguem corresponder às necessidades informativas do público, verifica-se um interesse crescente em acompanhar os acontecimentos políticos e militares da época. Daí a necessidade de um órgão de informação que nutrisse a alma patriótica e servisse os objetivos propagandísticos da Coroa, razões que levaram as *Gazetas* a afirmarem-se como o mais relevante meio de informação após a Restauração.

As *Gazetas* venderam-se pela primeira vez em dezembro de 1641, mas volvidos poucos meses, as *Gazetas* seriam interrompidas, invocando-se a lei de 19 de agosto de 1642, «em razão da pouca verdade de muitas notícias e do mau estilo de todas elas.» Seria o primeiro entrave da Coroa à imprensa periódica, logo após o seu 'nascimento' (PEREIRA, 1901, pp. 9-10; ALVES, 1983, p. 5).

Apesar do movimento independentista da Restauração, a primeira gazeta esteve subordinada à censura instituída no reinado de Filipe III de Espanha (1578-1621), consagrada à regulamentação das publicações (1603) e vocacionada para combater a proliferação progressiva de «folhas volantes» e outras «relações». Entretanto, o regime restaurado empregará, neste contexto, a lei de 29 de janeiro de 1643, ordenando que «não se imprimiam livros sem licença d'El-Rei.»

A sua periodicidade foi estritamente mensal desde o primeiro número. Deste modo, as *Gazetas*, aguardadas em datas previamente estabelecidas, geraram alguns hábitos de leitura próprios do Jornalismo. Limitadas por uma circulação circunscrita a certos círculos, dado que o analfabetismo abrangia mais de 90% da população portuguesa, também o seu preço elevado (de 6, 8 e 10 réis, conforme o número de fólhos impressos), não era atrativo. Entre os seus leitores englobar-se-iam os aristocratas, os burgueses, os religiosos e os burocratas régios, entre outros indivíduos ligados à Corte lisboeta (HERCULANO, 1838, pp. 101-102), mas todos extremamente interessados nas «novidades» dos conflitos com a vizinha Espanha e nos territórios ultramarinos, assim como por toda a Europa, na fase final da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

Foram sempre impressas em Lisboa, principiando na Oficina de Lourenço de Anvers e na Oficina de Domingos Lopes Rosa, intercalando com a Oficina de António Álvares, estando abrangidas pelo privilégio real concedido a Manuel de Galhegos (1597-1665), por alvará de 14 de novembro de 1641, e um dos presumíveis redatores desta publicação (MARTINS, 1964). As *Gazetas* compunham-se com um número variável de fólhos mensais, embora prevalecesse o formato *in-quarto* com oito páginas, apresentando um conteúdo noticioso fortemente politizado e propagandístico, como já afirmámos. Não obstante, não esquecendo a suscetibilidade literária e política da época, devem ser consideradas fontes históricas fundamentais para a compreensão das manifestações políticas, militares e sociais nos primeiros anos da Restauração (MARTINS, 1942, p. 19).

O nome de fr. Francisco Brandão (1601-1680) (BRANDÃO, 1650, 1976, p. XIII; SILVA, 1859, pp. 137-141, 360-361; PEREIRA & RODRIGUES, 1906, p. 479; FIGUEIREDO, 1922, pp. 177-178; ANDRADE, 1963, pp. 1793-1794; CRUZ & SILVA, 1985, p. 50) foi frequentemente indicado como um dos autores das *Gazetas*, pelo menos após julho de 1645, além do poeta Manuel de Galhegos, João Franco Barreto (c. 1600-c. 1674) (BARRETO, 1981) e até o próprio D. João IV, segundo alguns pareceres pouco críticos. O objetivo central das *Gazetas* foi, essencialmente, fomentar um processo volumoso de informações e contrainformações militares, onde o protagonismo das forças portuguesas estacionadas nas fronteiras e em todas as possessões ultramarinas foi enaltecido. Quanto às operações militares nos teatros de operações peninsulares e europeus, as *Gazetas* fornecem-nos indicações preciosas, algumas das quais totalmente inéditas. No sentido de garantir o apoio de Luís XIII de França (1601-1643), foram despachadas missões diplomáticas para Paris, às quais as *Gazetas* concederam uma atenção acrescida, não deixando, contudo, de mencionar os compromissos algo vagarosos e dúbios por parte da Corte francesa (ERICEIRA, 1945, pp. 176-177; DIAS, 2008, pp. 9-48).

Terminada abruptamente a edição das *Gazetas* em setembro de 1647 ou, como defendemos, em meados de 1648, até à criação do *Mercvrio Portvgvez* (1663), existem escassos registos fiáveis acerca de qualquer atividade jornalística em Portugal, além de algumas «folhas volantes» impressas e manuscritas com notícias das Guerras da Restauração ou outros assuntos de menor importância. Desde muito cedo, as *Gazetas* foram compreendidas como instrumentos políticos que era necessário controlar, pelo que estas publicações carregavam, no seu âmago, a gênese do poderio da opinião pública e do interesse pela intelectualidade jornalística.

O periódico que ora se apresenta com a designação abreviada de *Le Mercvre Portvgais* (DIAS, 2005) é, porventura, das publicações mais enigmáticas deste período e, simultaneamente, das mais desconhecidas (PEREIRA, s.d., pp. 49-49v). Lançado à estampa no primeiro semestre de 1643, subsistem várias incertezas sobre a sua autoria. Nas poucas referências bibliográficas disponíveis, a sua redação foi atribuída aos editores Antoine de Sommaville (1597-1664) (SOMMAVILLE, 1657) e Augustin Courbé (1597-166?) (Courbé, 1651), responsáveis pela famosa Oficina do *Collège de France*. No entanto, o estudo bibliófilo sugere-nos que o seu autor tenha sido François de Grenaille (1616-1680) (GRENAILLE, 1640), cuja identificação figura ao final do *Le Mercvre Portvgais*. Assim sendo, defendemos que seja, efetivamente, o verdadeiro redator deste periódico, embora contasse com o auxílio dos editores referidos, sem esquecer a participação imputada a Manuel Fernandes Vila Real (1608/11?-1652) (VILA REAL, 2005).

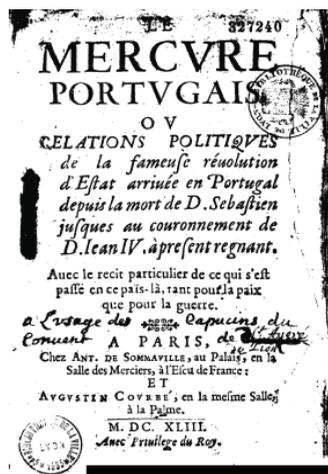


Figura n.º 4 – *Mercvre Portvgais...*, n.º 1, Paris, Chez Antoine de Sommaville, 1643.

O *Le Mercvre Portvgais* foi editado em Paris, propondo-se apresentar matéria informativa sobre o decurso da Restauração em Portugal. Detendo um privilégio de impressão aprovado por Luís XIII de França, estaria ciente das conversações que originaram os primeiros acordos franco-portugueses (COSTA, 2004, pp. 45-46).

De certo modo, aparenta-se como uma proclamação panegírica dedicada a D. Vasco Luís da Gama (1612-1676), 5.º conde da Vidigueira, embaixador extraordinário em Paris, mas cuja leitura se destinaria às cúpulas da sociedade francesa (SOUSA, 1946, pp. 336-337). Aliás, este típico «mercúrio» dirige-se a esta individualidade (embora, segundo consta, tenha sido editado a expensas do mesmo) como um 'arauto' das pretensões portuguesas (CARDIM, 2002, pp. 47-87).

Assumindo-se como um dos mais notáveis testemunhos das relações franco-portuguesas após 1640, este periódico permanece quase ignorado nas referências bibliográficas sobre esta época crucial da nossa História. Este periódico, quase desconhecido da investigação historiográfica, primou nas convicções apaixonadas e propagou uma quase ‘diabolização’ dos inimigos de Portugal, inclusive dos traidores à Pátria. Foram apresentadas as principais estratégias para fazer vingar a Restauração como, por exemplo, os elencos das principais missões diplomáticas portuguesas na Europa, entre outras informações de interesse historiográfico. No entanto, por causas desconhecidas, o *Le Mercvre Portvgais* cessará em abril de 1643, embora o seu lugar na Cultura portuguesa deva ser reconsiderado.

Seguiu-se o curioso periódico intitulado *Mercvrius Ibernicvs* e que apenas conheceu um único número, taxado a 13 de fevereiro de 1645, mas devido às licenças exigidas superiormente, só sairia a público, possivelmente, em meados de março desse ano (TENGARRINHA, 1989, p. 42). Não se concebem suspeitas acerca da sua autoria, embora se constate facilmente que o seu anónimo autor seja português ou residente em Portugal. Redigido em castelhano, ao invés de ser considerada uma postura pró-espanhola, pensou-se na divulgação além-fronteiras, numa clara manobra de propaganda política. Por que motivo teria sido suprimido da leitura pública, logo após o primeiro número? Ninguém o sabe, pese apenas existir este exemplar, em formato *in-quarto*, de oito fólhos, em tudo idêntico aos inúmeros panfletos que então circulavam.

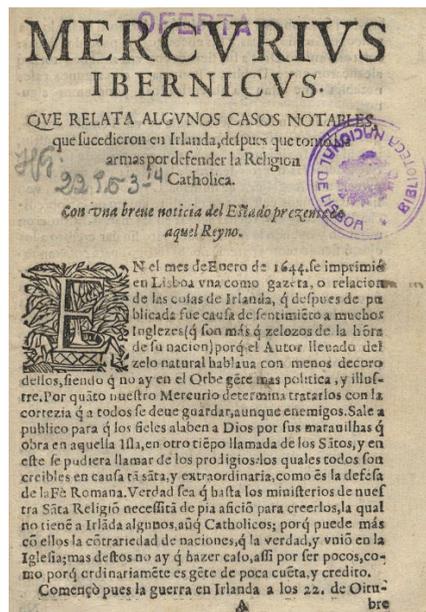
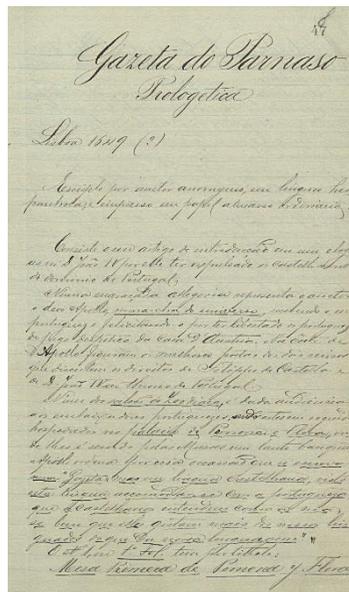


Figura n.º 5 – *Mercvrius Ibernicvs...*, Lisboa, *Officina de Domingos Lopes Rosa*, 1645.

O *Mercvrius Ibernicvs* foi impresso na Oficina de Domingos Lopes Rosa, em Lisboa, editor da *Gazeta* e um dos artífices impressores mais conceituados do seu tempo. Portanto, este periódico não poderia ser, em boa verdade, uma publicação ‘marginal’, visto que foi taxado e cumpriria com todas as exigências burocráticas, embora não saibamos o seu preço exato, visto essa indicação estar omissa no original. Provavelmente redigido por alguém ligado ao ‘círculo’ da *Gazeta*, o seu autor seria, pelo menos, um conhecedor atento daquele periódico, pois é supracitado amiúde.

No entanto, o primeiro objetivo do *Mercvrius Ibernicvs* seria noticiar alguns eventos 'prodigiosos' sucedidos na Irlanda subjugada pelas tropas protestantes inglesas e as manifestações, ditas 'sobrenaturais', encaradas como sinais da intervenção divina a favor das bandeiras católicas irlandesas. Ou seja, para explicar cada fenómeno ou episódio, o autor preocupou-se em expor as fontes de informação mais idóneas e credíveis, apontando, inclusive, várias testemunhas em trânsito por Lisboa, as quais teriam testemunhado certos episódios mencionados.

Se existem enigmas nos primórdios da imprensa periódica portuguesa, um caso singular diz respeito à existência (ou não) de um periódico chamado *Gazeta do Parnaso Prologética*. Lançado provavelmente em Lisboa (1649?), não se conhecem outras informações a seu respeito, a não ser o que nos confidenciou Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902) nas suas obras (PEREIRA, s.d., pp. 47-47v). Terá existido tal periódico? Tudo leva a crer que a resposta é afirmativa, atendendo à autoridade deste bibliófilo, embora não se conheça exemplar algum. Quem teriam sido os seus autores ou onde seria impresso? Segundo parece, possuía um conteúdo encomiástico dedicado a D. João IV e à causa da Restauração, baseado em motivos mitológicos.



**Figura n.º 6 – PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *Gazeta do Parnaso Prologética*, in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, (manuscrito), (s.d.), f.ºs 47-47v.**

Seguindo a linha cronológica dos exemplares disponíveis na imprensa periódica nos finais do século XVII, apresenta-se-nos uma «relaçam», dita «terceira» e «quarta», das vitórias das forças portuguesas sob o comando do mestre-de-campo-general D. Sancho Manuel de Vilhena (c. 1610-1677), 1.º conde de Vila Flor, em operações na raia fronteiriça entre as praças-fortes de Almeida e Ciudad Rodrigo (SOARES, 2003, pp. 158-159). Referindo-se explicitamente no frontispício, e respetivos títulos, ao terceiro e ao quarto números de uma «relaçam» focando a mesma matéria, sugere a existência de um primeiro e segundo números, possivelmente agrupados numa única «relaçam» (SILVA, 1906, p. 209). Ter-se-ão perdido ou permanecerão esquecidas em algum acervo ou impropriamente catalogadas?

Esta «relaçam», cuja autoria permanece desconhecida, terá conhecido uma divulgação alargada, dado ser publicada pouco antes do *Mercvrio Portvguez* e por um impressor lisboeta de renome, Domingos Carneiro (164?-169?). Segundo tudo indica, teve o patrocínio régio proporcionado pelo governo de D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), 3.º conde de Castelo Melhor, e escrivão da puridade de D. Afonso VI. Com um preço unitário de 6 réis (formato *in-quarto*, de seis fólios e ornamentação gráfica simples), os seus exemplares foram taxados a 22 de agosto de 1662, em Lisboa, depois do exame prévio de vários censores régios e eclesiásticos, onde se destacou D. Fr. Pedro de Magalhães (1594-1675) (MACHADO, 1752, pp. 591-592; SILVA, 1862, p. 429).

Note-se a rapidez com que os acontecimentos de 9 e 10 de agosto de 1662 foram noticiados a 22 de agosto seguinte, pressupondo uma exigência de propagandear os sucessos militares portugueses naquela zona da fronteira. As facilidades reveladas pela censura régia e a equipa de impressão, tornando possível a rapidez desta «relaçam», não foram alheias à persuasão dos agentes régios que controlavam as «relaçoes» à época.

Embora nos encontremos na etapa final das Guerras da Restauração, ainda iriam travar-se batalhas decisivas, entre as quais a do Ameixial (8 de junho de 1663). Face ao desgaste provocado pelo arrastar do conflito, a notícia de vitórias era sempre um bom auspício para levantar o moral e a credibilidade das políticas e estratégias militares. Portanto, esta «relaçam» mais não foi do que o registo do êxito das operações militares portuguesas e da sua (suposta) supremacia perante as forças espanholas. Embora sejam ações de pequena monta – escaramuças entre pequenos contingentes, ataques e saques guerrilheiros a comboios militares, apreensão de material bélico e captura de prisioneiros –, na zona de Almeida, este periódico possui ainda um caráter nitidamente laudatório à liderança de D. Sancho Manuel de Vilhena, tal como patente noutras publicações.

Sucessor do primeiro periódico usualmente conhecido como *Gazeta da Restauração*, surgiria, na mesma senda, o *Mercvrio Portvguez*, sob a autoria e direção de D. António de Sousa de Macedo (1606-1682), doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, embaixador plenipotenciário de D. João IV em Londres e, a partir de 1650, nas Províncias Unidas (MACHADO, 1741, pp. 399-403; SOUSA, 1946, pp. 77-78; MATTOS, 1878, 1970, pp. 592-594). Nomeado secretário de Estado para o governo do 3.º conde de Castelo Melhor, dirigiria o *Mercvrio Portvguez* até finais de 1666, concorrendo para a elevação de um órgão noticioso indispensável à causa independentista (MATTOS, 1944, p. 373).

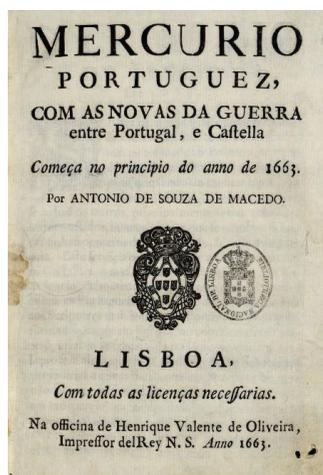


Figura n.º 7 – *Mercvrio Portvguez...*, vol. I, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663. Frontispício.

Sem se furtar às controvérsias, um pouco à semelhança da conduta pessoal do seu redator, foi um dos periódicos mais notáveis da incipiente imprensa periódica, apesar da sua breve duração (RIVARA, 1838, p. 102; P.M., 1842, pp. 343-344). Organizado segundo o modelo da primeira *Gazeta*, o *Mercvrio Portvguez* compreende a iniciativa política dos últimos anos das Guerras da Restauração, sendo que a *Gazeta* reproduziu as dificuldades da causa restauracionista (FARIA, FARIA, 1975).

Ambos os periódicos representam, nesta circunstância, o preâmbulo e o desfecho de um ciclo brutalmente agitado da nossa História e são, assim o defendemos, as melhores fontes históricas para estudar este período (DIAS, 2010; SOUSA, 2013; SOUSA, TEIXEIRA, 2015). O *Mercvrio Portvguez* foi, definitivamente, um utensílio periodístico profusamente patriótico e, não obstante a personalidade férrea do seu redator, um órgão de propaganda submisso ao governo de D. Afonso VI. Direcionado pelos subterfúgios modernos da dissuasão informativa, o *Mercvrio Portvguez* lutou ferozmente em prol da coesão nacional, impondo uma vernaculidade combativa, sem perder as regras da objetividade e veracidade, ainda que, por vezes, 'resvasse' para as inclinações panegíricas. Embora o *Mercvrio Portvguez* fosse um órgão noticioso de cariz bélico e político-diplomático, concedeu-nos um retrato fiável da sociedade coeva, ainda que com a rispidez singular das «relações» (PINHEIRO, 1971).

Espectador atento da conjuntura político-militar europeia transmitida pelas «gazetas» e «mercúrios» espanhóis, holandeses, italianos e franceses, lutou contra todas as publicações que se lhe opunham num verdadeiro cenário de informação e contrainformação. Todo o discurso encetado por D. António de Sousa de Macedo centrava-se na salvaguarda de Portugal, por vontade da Providência (CUNHA, 1941, p. 42). Contudo, a partir dos inícios de 1667, será um outro redator, ainda incógnito, que conduzirá o *Mercvrio Portvguez* até expirar, identidade que a pesquisa bibliófila nunca desvendou. Quanto ao «distinto» redator anónimo, terá sido alguém próximo do redator oficial, apesar do afastamento de D. António de Sousa Macedo? Ninguém o sabe.

### 3. A difusão de outras formas jornalísticas: as *folhas*, *relações* e *cartas*

Findo o ciclo da Restauração, seguiu-se um longo hiato na imprensa periódica nacional até 1715, período apenas colmatado pela propagação de «folhas», «relações» e «cartas», as quais, gradualmente, não conseguiriam responder à avidéz de notícias num mundo que progredia a passos largos para a contemporaneidade. Assim, seguir-se-ão vários *periódicos* que, de algum modo, tentaram preencher essa lacuna, tal como a *Continvaçam Historica* (1684-1685), uma série de relações impressas que circularam até aos finais do século XVII, denunciando a passividade, falta de originalidade e funcionalidade da nossa imprensa periódica devido às pressões do governo de D. Pedro II (CRUZ & SILVA, 1985, pp. 38, 72).

Composta a partir de informações procedentes da correspondência diplomática e das *gazettas* europeias, a *Continvaçam Historica* foi compilada, traduzida em vários idiomas e impressa em Portugal e Espanha, entre outras nações. A sua autoria é desconhecida, ainda que se saiba que fosse uma iniciativa de várias personalidades e editores. A informação incluída na *Continvaçam Historica* foi publicada primeiramente em Madrid, para leitura na Corte espanhola (7 de novembro de 1684) e pouco tempo depois em Lisboa, na nossa Corte (20 de novembro desse ano), sendo ambas impressas na Oficina de Miguel Deslandes (?-1703), entre outros editores lisboetas.

Cada número da *Continvaçam Historica* é constituído por 15 fólhos, providos de um frontispício simples e ornamentação gráfica exígua, mas expresso numa linguagem simples e fundamentada, apesar de se tratarem de mensagens recalçadas de várias fontes, com diversos cortes, versões, traduções e retroversões. Para melhor instrução do leitor, encontrava-se, ao início dos números, o índice dos acontecimentos, expondo lugares e personagens que seriam, *a priori*, algo estranhos ao usos e costumes portugueses.

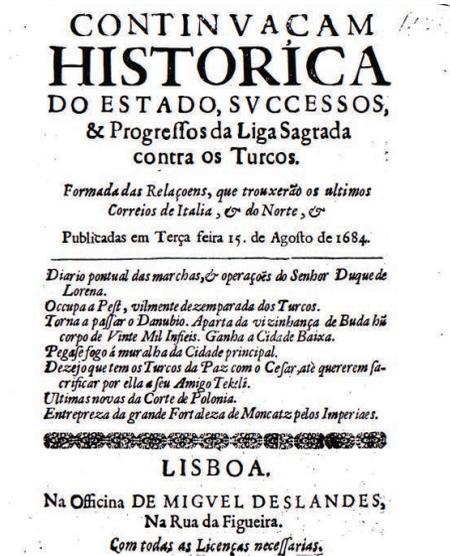


Figura n.º 8 – *Continvaçam Historica...*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1684.

A *Continvaçam Historica* é, portanto, o resumo detalhado das operações militares acionadas contra o Império Otomano (chamados aqui de «turcos», «bárbaros» ou «infiéis») e das coligações entre a Santa Sé, o Sacro Império Romano-Germânico, a Polónia, a *Signoria* de Veneza e outras potências reunidas na «Santa Liga» ou «Liga Sagrada», instituída em março de 1684. As forças polacas iniciaram as ofensivas, as quais foram lideradas por João III Sobieski (1629-1696), o «Invincível Leão do Norte», o libertador do cerco turco a Viena após a batalha de Kahlenberg (12 de setembro de 1683). Foi o culminar das grandes contraofensivas e do concerto das alianças militares para sustentar o poderio turco otomano no centro da Europa.

Quase desconhecido da historiografia atual, não deixa de ser um documento histórico obrigatório, nomeadamente para os estudos seiscentistas. Quais seriam os canais de comunicação orais, manuscritos e impressos destas informações? Não obstante, são um reflexo evidente da permuta de notícias por essa Europa fora, embora não se refira quais as reações de Portugal, enquanto país periférico, a esses acontecimentos.

O periódico chamado *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra* (setembro de 1687) foi uma relação perfeitamente igual às incontáveis publicações impressas que pululavam no universo informativo europeu dos finais do século XVII. Os inventários bibliográficos dão-nos conta de ser apenas um número único, não seriado, mas somos de opinião de que existira um número anterior (ou mais, presumivelmente), como se menciona, a dada ocasião, no seu conteúdo (CRUZ & SILVA, 1985, p. 62). Se terá existido uma sequência da sua edição, não podemos caucionar tal presunção.



Figura n.º 9 – *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra...*, agosto de 1687.

A relação *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra* possui um arranjo gráfico simples em formato *in-quarto*, sem grande ornato, exibindo uma narrativa sucinta ao longo dos seus doze fólhos. Não se conhece o seu autor(es) e/ou compilador(es), sendo uma súmula de outras gazetas e correspondência diplomática, a avaliar pela lista de assuntos expostos no frontispício. Apesar de editado em Lisboa com todas as licenças institucionais, não conhecemos os seus censores – também nada nos informa acerca de acontecimentos e/ou outros periódicos portugueses, em comprovação da extrema carestia do nosso universo jornalístico.

Apresentando-se como uma «folha» noticiosa defendendo um catolicismo belicoso, subscrevia a restituição do culto católico romano em Inglaterra propugnado por Jaime II (1633-1701) e o núncio apostólico em Londres, D. Ferdinando D'Adda (1649/1650-1719), assim como o restabelecimento das relações diplomáticas e eclesíásticas entre Londres e a Santa Sé (GRIMBERG, 1967, pp. 145-150).

A matéria noticiosa que constitui as *Noticias de Constantinopla* (ou a sua *Continuacion...*, 1687-1688) dispõe-se em três números seriados redigidos em castelhano, não se sabendo se terão existido números anteriores ou posteriores. Estas publicações estiveram a cargo da Oficina de Miguel Deslandes, com uma média de 12 a 15 fólhos por cada exemplar (CRUZ, SILVA, 1985, p. 62). As *Noticias de Constantinopla* abarcam as traduções das missivas diplomáticas e comerciais de um indivíduo anónimo (mas que se identifica pelas siglas «N. N.», de nacionalidade francesa) com funções consulares em Constantinopla, daí que as cartas tenham sido despachadas para uma individualidade governamental que não identificámos, mesmo após persistente indagação. Muito provavelmente, trata-se de um tal Monsieur Geradin, secretário do embaixador plenipotenciário francês então em Constantinopla.

26.

**CONTINUACION**  
De las noticias de Constantinopla,  
traducidas de dós cartas de todo  
credito, escritas de la mesma Ciu-  
dad à 26. Noviembre, y 14. de  
Diziembre de 1687.

Publicada el Martes 9. de Março.

CARTA PRIMERA.

**L**A desorden ocasionada de la sedición de las Tropas Otomanas, parecia enteramente fofegada pocos dias despues de la deposición de Mehmet IV. de manera que se començava à travajiar à las prevenciones necesarias para la ceremonia de la Coronacion del nuevo Sultán. Haviale de celebrar à 11. de el corriente, pero vnas nuevas turbulencias han obligado à dilatarla.

Siaus Bajà nuevo Gran Vifir havia hecho entrar en la Ciudad vnos mil y quinientos, ò seiscientos hombres escogidos entre la milicia antes de su llegada: y caí al mesmo punto, que dejó el Campo, havindose desbandado los Genizaros, y los Spahis, vinieron acá en pequeñas Tropas, y hallandose en pocos dias fuertes de quatro, ò cinco mil hombres dieron en amotinarse. Los Genizaros acudieron los primeros al Serrallo, pidiendo con tumulto formal, quinze meses de sus pagas, la aumentacion de vn afro al dia, segun se practica quando vn nuevo Sultán entra à reynar, y el presente de la Coronacion. Expresada fu infancia, pretendió ver al Gran Señor, y como se les negasse amepazaron rom-  
A pet

**Figura n.º 10 – Notícias de Constantinopla..., dezembro de 1687.**

Recapitular as relações estratégicas de Luís XIV de França (1643-1715) com o sultanato turco otomano pode auxiliar à compreensão deste tráfego epistolar. Estas *cartas* transmutam uma visão pessoal das ocorrências, mantendo-se a sua estrutura narrativa inicial. Que interesses terão estado na origem na difusão das *Notícias de Constantinopla* em Portugal? Portanto, as *Notícias de Constantinopla* reúnem algumas cartas redigidas por alguém que, em segredo, presenciou as lutas provocadas pela classe dos janízaros no Império Otomano e os tumultos em Constantinopla depois da deposição do sultão Mehmet IV (1642-1693) e a usurpação do sultão Süleyman II (1642-1691), seu irmão. O desconhecido redator relata-nos os acontecimentos presenciados em Constantinopla entre setembro e dezembro de 1687, ainda que restrito aos bairros cristãos da capital.

A «folha» noticiosa abreviadamente chamada *Notícias de Inglaterra*, editada em dois únicos números (1 e 3 de janeiro de 1689), facultou informações credíveis sobre a queda de Jaime II de Inglaterra e o seu exílio em França, assim como da fuga da família real e dos súbditos mais fiéis. Trata-se de um periódico de oito a doze fólhos em formato *in-quarto*, onde se encontram outras notícias oriundas de toda a Europa, via Amsterdão.

**NOTICIAS**  
DO ESTADO DAS COUSAS DE  
**INGLATERRA,** (1688)  
Vindas de Amsterdã, & de  
França a 3. de Janeiro  
de 1689.

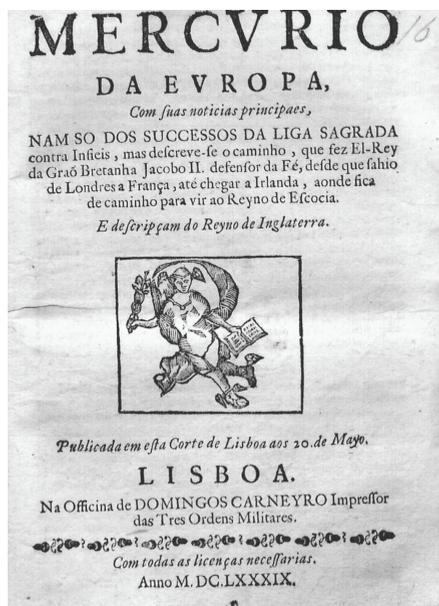


LISBOA,  
Na Oficina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.  
*Com todas as licenças necessarias. Anno 1689.*

**Figura n.º 11 – Notícias de Inglaterra..., Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1689.**

Contudo, o assunto basilar das *Noticias de Inglaterra* são as agitações político-militares dos partidários de Jaime II de Inglaterra e Guilherme de Orange (1650-1702), futuro Guilherme III de Inglaterra, retratando o que seria chamado a Gloriosa Revolução. É de ressaltar a velocidade das notícias transmitidas pelo *Noticias de Inglaterra*, com uma extrema atualidade de dias ou poucas semanas desde Inglaterra, fornecendo dados muito consistentes para dezembro de 1688, passando por Amsterdã, Calais, Bruxelas, Paris, Ratisbona, etc. e onde se encontram declarações de Jaime II de Inglaterra e da sua segunda esposa, a rainha Maria de Modena (1658-1718), assim como da Corte fugitiva e do amparo de Luís XIV de França. Ainda assim, as *Noticias de Inglaterra* merecem especial realce pela sua célere difusão e vivacidade descritiva, particularidades ainda escassas noutros periódicos coevos.

O periódico conhecido como *Mercurio da Evropa* é um exemplo perentório da qualidade das relações impressas nos finais do século XVII. Saíram apenas três números (20 e 28 de maio; 7 de junho de 1689), com poucas mudanças nos títulos. Não se sabe se terão existido edições posteriores deste *mercurio* e desconhece-se quem tenham sido os seus autores e compiladores. Detém uma excelente apresentação gráfica, com letras capitulares, gravuras ilustrativas e uma narração excepcionalmente imparcial. Como o seu próprio título assinala, o *Mercurio da Evropa* foi uma publicação de índole 'europeísta', sendo mais utilitária do que os seus congéneres, particularmente no volume de matéria estritamente informativa (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 380).

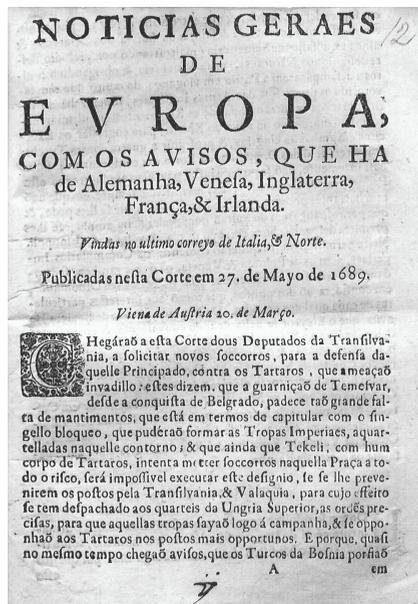


**Figura n.º 12 – *Mercvrio da Evropa com svas Noticias Principaes...*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1689.**

O *Mercvrio da Evropa* recolheu várias epístolas diplomáticas e informações avulsas, posteriormente traduzidas para a língua portuguesa e propagadas em «forma de gazeta ou relação». Os autores terão sido quase sempre estrangeiros e poucas referências são alusivas a Portugal (SILVA, 1894, p. 33). O *Mercvrio da Evropa* reuniu notícias enviadas de Londres, Paris, Roma, Viena e Varsóvia, entre outras cidades, anunciando-se, em primeiro lugar, as campanhas de Santa Liga, à semelhança de outros periódicos.

É de sobressair a periodicidade semanal do *Mercvrio da Evropa*, característica ainda inusitada na maioria das *relações*, *gazetas* e *mercurios* conhecidos, a que não deve ter sido estranho a contribuição de D. Pedro II, sem esquecer a presença de D. Catarina de Bragança (1638-1715) em Inglaterra, rainha viúva de Carlos II de Inglaterra e cunhada de Jaime II, a qual só regressaria a Portugal em 1692, o que justificará a publicação semanal deste material informativo (DIAS, LOURENÇO, 2005).

Segue-se o *Noticias Geraes de Evropa*, uma publicação não seriada, editada precisamente no dia anterior (27 de maio de 1689) ao segundo número do *Mercvrio da Evropa*, cuja substância é análoga àquele periódico. Compreende sete fólhos impressos, não numerados e em formato *in-quarto*, da responsabilidade da Officina de Miguel Manescal (1667-1720), impressor do Santo Ofício. Devem ainda recordar-se as razões religiosas que podem justificar as facilidades concedidas para informar as diligências de Jaime II ou, por outro lado, da Santa Liga no sudoeste europeu.



**Figura n.º 13 – Notícias Geraes de Evropa, com os Avisos, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte, Lisboa, Officina de Miguel Manescal, 27 maio 1689.**

De qualquer modo, este periódico menciona notícias expedidas de Viena, Belgrado (temporariamente reconquistada pelas tropas habsburgas entre 1788 e 1790), Ratisbona, Amesterdão, Londres, Dublin, Bruxelas, Veneza, Milão, etc., pese não haver quaisquer referências a Portugal. Teriam existido mais números das *Noticias Geraes de Evropa*, tanto precedentes como posteriores? Qual será a verdadeira identidade dos autores, compiladores e tradutores destas *relações*? Com classificar as ambivalências dos formatos, títulos e conteúdos numa ‘organização’ em conjuntos periódicos (SILVA, 1894, p. 243) ou incluir números único nesses grupos?

#### **4. Lacunas e dificuldades do panorama periódico nos inícios do século XVIII**

Portugal ‘entrou’ no século XVIII sem que nenhuma publicação periódica impressa em pleno desempenho de funções (TENGARRINHA, 1989, p. 43). Todos os periódicos editados no século XVII tiveram uma existência breve, pelo que o início do século XVIII apresentou-se pouco promissor ao avanço da imprensa periódica, encontrando-se, nesse tempo, em estagnação absoluta. Segundo alguns catálogos, o periódico que se apresenta abreviadamente como *Gazeta* teria sido a primeira publicação periódica impressa do século XVIII, com dois exemplares seriados, correspondentes a agosto e outubro de 1704. Composta por seis fólhos num formato gráfico *in-quarto*, desconhece-se a existência de números precedentes ou posteriores deste periódico.

Assim, por esses tempos ainda pouco conhecidos, nada faria crer que o periodismo vingasse em Portugal enquanto força e expressão social em crescendo como noutros países da Europa. Como explicar este desinteresse aparente do público português e a ausência de iniciativas periódicas conhecidas? Qual o papel do Estado e da Igreja neste 'deserto' da atividade periodista?

Segundo algumas indicações, esses dois exemplares da *Gazeta* transmitiriam notícias procedentes de vários pontos da Europa, mas também sobre o bulício de Lisboa (SILVA, 1870, p. 420). Como não conseguimos averiguar a sua existência, seguimos os indícios de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), o primeiro erudito que catalogou estes dois exemplares embrulhados em volumes da *Gazeta de Lisboa* na biblioteca de D. Augusto Romano (1822-1909), 1.º visconde de Sanches de Baena. Curiosamente, Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902) não as menciona no seu *Diccionario Jornalístico Portuguez* e somente Alfredo da Cunha (1863-1942) lhes concederá alguma atenção (CUNHA, 1941, pp. 66-67), problematizando a sua existência, tal como José Tengarrinha (1932-2018).

Não obstante todas as dificuldades, e dado que o início do século XVIII foi paupérrimo em publicações periódicas impressas, estamos a encetar os primeiros passos numa longínqua caminhada e o horizonte afigura-se-nos auspicioso.

As folhas noticiosas que compõem a coletânea *Noticias dos Gloriosos Successos...* (CRUZ & SILVA, 1985, p. 61) foram publicadas ao longo de 1704 e reportam-se às contra-ofensivas portuguesas comandadas pelo D. António Luís de Sousa (1644-1721), 2.º marquês das Minas e governador de Armas da Beira, contra as coligações franco-espanholas na região de Castelo Branco, no início da participação na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) (ALMEIDA, 2004, pp. 468-469).



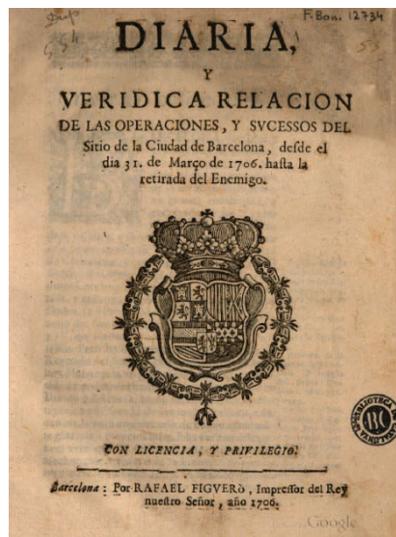
**Figura n.º 14 – Primeira Notícia dos Gloriosos Successos que tiverão as armas de S. Magestade na Provincia da Beira..., Lisboa, Officina de Miguel Manescal, 1704.**

Todos os exemplares conhecidos das *Noticias dos Gloriosos Successos...* são formados por sete fólhos em formato «in-quarto», com uma estrutura narrativa bastante explicativa. Embora não se conheçam todos os exemplares nem tão-pouco a sua autoria, os quatro números apresentam uma homogeneidade entre si, não obstante algumas diferenças nos títulos, nas ilustrações, mesmo sendo impressos em Oficinas distintas. Trata-se de uma fonte histórica incontornável para conhecer as primeiras intervenções de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha, tendo sido um instrumento muito útil às manobras propagandísticas a favor da nossa participação no conflito (MONTEIRO, 2004, p. 302).

Tendo as forças franco-espanholas ocupado e saqueado severamente a zona raiana, nomeadamente entre Castelo Branco e Vila Velha de Rodão, seriam posteriormente derrotadas perto de Monsanto entre 11 e 12 de junho de 1704. Movimentando-se a partir da praça-forte de Almeida, no sentido norte-sul e repartindo-se em várias linhas, as hostes portuguesas infligiram uma derrota brutal às forças invasoras, retirando-se apressadamente para Espanha. Este episódio foi bastante empolado no circuito noticioso, o mesmo se passando no campo da historiografia militar coeva (SEQUEIRA, 1938).

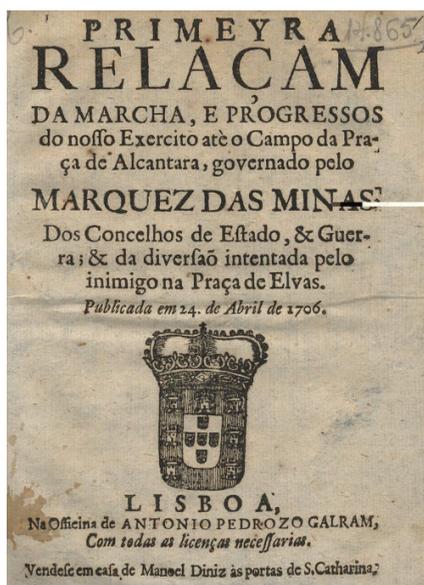
A derrota esmagadora das forças invasoras foi divulgada num teor sinistro, a julgar pela ausência de compaixão pelos prisioneiros de guerra. Em boa verdade, trata-se de um excelente exemplo da ‘guerra psicológica’ movido por um periódico quase desconhecido. No entanto, mais uma vez, nada encontramos sobre acontecimentos medievos, embora aludisse repetidamente a vários combates nas Guerras da Restauração.

A relação denominada *Diaria, y Verídica Relacion de las Operaciones...* foi dedicada ao cerco de Barcelona em março de 1706, no decorrer da Guerra da Sucessão de Espanha, quando a cidade, maioritariamente a favor do pretendente arquiduque Carlos de Áustria (aclamado como Carlos III de Espanha, 1685-1740), apoiado por D. Pedro II, resistiu às forças do rival Filipe V (1683-1746). É um opúsculo noticioso com 48 fólhos *in-quarto*, redigido em castelhano e impresso em Barcelona, o qual, sem qualquer retroversão para português, foi publicado em Lisboa, a 28 de agosto de 1706.



**Figura n.º 15 – *Diaria, y Verídica Relacion de las Operaciones, y Svcessos del Sitio de la Ciudad de Barcelona, desde el dia 31 de Março de 1706. hasta la retirada del Enemigo*, Barcelona, Imprensa de Rafael Figuerò, 1706.**

Ainda no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha, salientamos a relevância da série *Relações da Marcha do Exército...* (abril-novembro 1706) pela sua subtilidade e minúcia, sendo quase desconhecida da historiografia atual, a qual foi constituída por sete números *in-quarto* de 12 fólhos. Como curiosidade, no frontispício de cada exemplar, abaixo da indicação do impressor, indica-se os locais de venda destas *relações* (na «casa de Manoel Diniz às portas de S. Catharina»), facto inédito até então e que atesta o acréscimo do interesse geral pela informação periódica e nos concede alguns dados sobre o circuito comercial destas publicações. Aliás, em todos os exemplares das *Relações da Marcha do Exército...* verifica-se uma preocupação renovada em informar com veracidade, idoneidade e comprovação, exigências basilares da atividade jornalística. Ainda podemos mencionar a sequência dos diferentes números entre si e noutros periódicos anteriores focando os mesmos assuntos (SILVA, 1906, pp. 232-234).



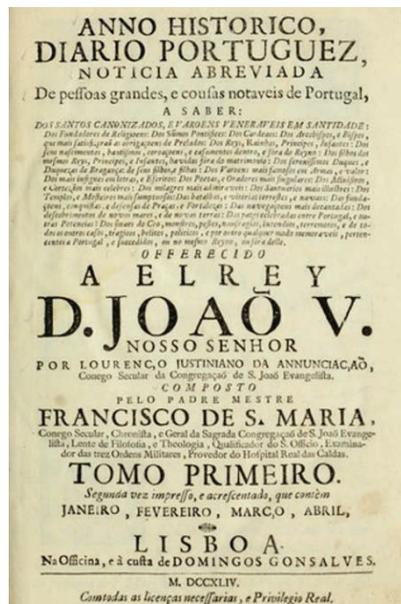
**Figura n.º 16 – Primeyra Relaçam da Marcha, e Progressos do nosso Exercito até o Campo da Praça de Alcantara, governado pelo Marquez das Minas, dos Concelhos de Estado, & Guerra; & da diversão intentada pelo inimigo na Praça de Elvas, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão, 24 abril 1706.**

As *Relações da Marcha do Exército...* relataram o itinerário das forças aliadas congregando cerca de 14 700 soldados portugueses e 4200 efetivos anglo-holandeses, sob o comando de D. António Luís de Sousa, 2.º marquês da Minas, até entrarem em Madrid, percorrendo cerca de 500 quilómetros percorridos em três meses de operações (BORGES, 2003). Nesta campanha, capturaram-se mais de 8000 prisioneiros e 100 peças de artilharia em vários combates contra as forças franco-espanholas comandadas por James Stuart Fitzjames (1670-1734), 1.º duque de Berwick.

A finalizar esta primeira grande etapa do periodismo nacional, seguiu-se a edição do *Anno Historico, Diario Portuguez...* (1714-1744), da autoria do padre Francisco de Santa Maria (1653-1713) (BACELAR, 1739), o qual encerra um discurso historiográfico centralizado nas 'efemérides', ou seja, trata-se uma obra

'periódica' que enumerou as personalidades e os acontecimentos da nossa História ao longo dos 365 dias do ano. Primeiramente difundida em «gazetilhas» e compilada posteriormente em três volumes, numa disposição quadrimestral, foi publicada postumamente.

Exemplo *sui generis* da historiografia setecentista, quase esquecido nos nossos dias, o *Anno Historico, Diario Portuguez...* inclui-se igualmente nos meandros da imprensa periódica, ainda que com os devidos cuidados. Com certeza, não foi a primeira publicação a expor efemérides e não se pode considerar uma «gazeta», uma «folha» ou uma «relação», então bastante vulgares. Foi um exercício historiográfico orientado para a divulgação de individualidades e eventos memoráveis da História de Portugal.



**Figura n.º 17 – *Anno Historico, Diario Portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal...*, vol. I, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves, 1744.**

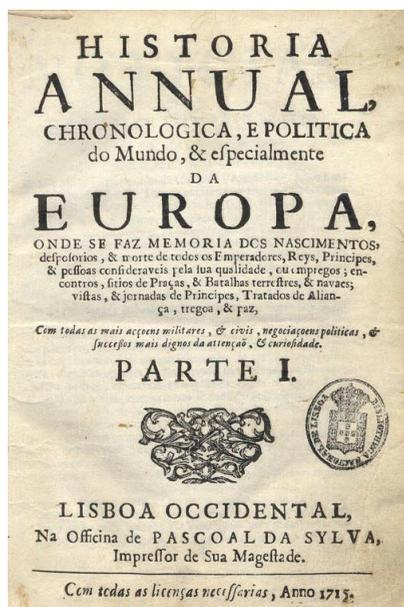
O padre Francisco de Santa Maria é lembrado, essencialmente, pelo pioneirismo do *Anno Historico, Diario Portuguez...*, ainda que o primeiro volume fosse editado em 1714, pouco depois da sua morte, e os restantes dois volumes em 1744. Após comparar as disparidades entre ambas as edições, volvidos precisamente 30 anos, seria o padre Lourenço Justiniano da Anunciação (1678-1755) que, revendo e corrigindo este repositório, enaltecera os seus predicados historiográficos (MACHADO, 1759, pp. 232-233; SILVA, 1860, pp. 197-198). Demonstrando uma rara humildade, assumiu o papel de simples revisor, escusando-se a outras veleidades, mas não restam dúvidas de que os volumes póstumos do *Anno Historico, Diario Portuguez...* foram aperfeiçoados e dilatados por si.

A prática de narrar efemérides permanecer um procedimento usual na História e no Jornalismo. Reiteramos novamente que o objetivo do *Anno Historico, Diario Portuguez...* não seria a problematização do acontecimento *per se*, mas a sua evocação, ordenando os acontecimentos pela ordem dos dias, conquanto valessem ser lembrados (DIAS, 2015).

## 5. A *Gazeta de Lisboa* como paradigma instituidor

Foi a 10 de agosto de 1715, um sábado, que o primeiro periódico oficial português iniciou a sua publicação e ocuparia o lugar cimeiro na História da imprensa periódica nacional. Embora seja vulgarmente conhecida como a *Gazeta de Lisboa*, ao longo da sua vida editorial ostentou diferentes títulos, constituindo, em si mesma, uma ‘espinha dorsal’ que alicerçou o universo periódico entre os séculos XVIII e XIX, mesmo quando adotou outras denominações e estratégias divergentes (SILVA, 1859, pp. 137-141; PEREIRA, s.d., pp. 39-44v; CUNHA, 1941, pp. 70-101; ROCHA, 1998, pp. 21-22; ALVES, 2005, pp. 152-156). Graças à sua autoridade, todos os periódicos publicados de 1715 em diante consideraram, em algum prisma, a *Gazeta de Lisboa* como um padrão institucional.

Publicado semanalmente em folhetos com quatro, seis ou oito fólhos (com suplementos, ou não) num formato *in-quarto*, ostentava o título *Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa...* no seu primeiro número, sendo o seu redator José Freire de Monterroio Mascarenhas (1670-1760), o qual dirigiu a sua publicação até falecer com uma idade bastante avançada (MACHADO, 1759, pp. 853-858; SILVA, 1860, pp. 343-353).



**Figura n.º 18 – *Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa...*, n.º 1, Lisboa Ocidental, Officina de Pascoal da Silva, 1715.**

Como compreender o protagonismo da *Gazeta de Lisboa* no incremento da atividade periódica, nomeadamente nas mudanças estruturais da sociedade portuguesa em todo o século XVIII? Sendo a leitura da *Gazeta de Lisboa* destinada aos estratos sociais mais instruídos, poderemos verificar a evolução dos periódicos em Portugal, os quais acompanharam as tendências europeias, mesmo no panorama manuscrito, ainda largamente disseminado (LISBOA, MIRANDA & OLIVAL, 2002-2005).

A *Gazeta de Lisboa* possuía uma circulação circunscrita, quando comparável com outros periódicos europeus: em meados do século XVIII, calculava-se que a tiragem média rondasse sensivelmente os 1500 exemplares por edição. Sabe-se que a *Gazeta de Lisboa* era recebida na província, a julgar pela correspondência do seu primeiro redator, mas seria lida maioritariamente em Lisboa, revelando-se igualmente uma certa macrocefalia cultural. Tal como a maioria dos periódicos congéneres, a *Gazeta de Lisboa* não informava o grande público, como se exigirá à imprensa periódica a partir do terceiro quartel do século XIX. Antes disso, os periódicos dos séculos XVII-XVIII difundiram-se unicamente entre as camadas mais alfabetizadas e elitistas da sociedade, como se observa em toda a nossa reflexão.

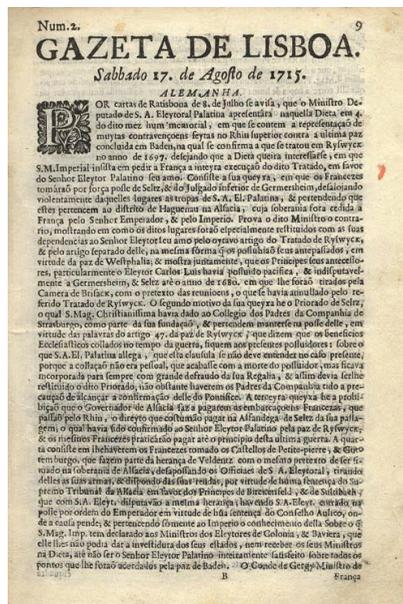


Figura n.º 19 – *Gazeta de Lisboa*, n.º 2, Lisboa Ocidental, Officina de Pascoal da Silva, 17 agosto 1715.

O 'primeiro ciclo' da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760) tem sido alvo de várias reinterpretações em estudos e dissertações académicas, permitindo responder às muitas omissões bibliófilas e jornalísticas na historiografia contemporânea (BELO, 2001). De facto, a *Gazeta de Lisboa* apresentava-se como uma obra de expressão e funcionalidade histórica. Como o primeiríssimo título o indica, propunha-se a 'fazer memória' das pessoas notáveis, das batalhas e guerras, da diplomacia e dos acontecimentos mais meritórios no decorrer das semanas. Assim, José Freire de Monterroio Mascarenhas contribuiu para a escrita da História do seu quotidiano, embora a sua redação fosse fortemente fiscalizada (RAMOS, 1988, p. 143; ARAÚJO, 2003, pp. 66-67).

A *Gazeta de Lisboa* foi escrita de acordo com um método político-historicista, mas simultaneamente cronológico e sociogeográfico. As primeiras notícias de cada número da *Gazeta de Lisboa* eram as mais antigas, oriundas de numerosos pontos da Europa e do resto do mundo. Consoante a contiguidade da informação, em média, cada acontecimento era descrito posteriormente entre um a dois meses na *Gazeta de Lisboa*. Só a última parte de cada número era timidamente dedicado às notícias sucedidas em Portugal e na nossa Corte.

Esta secção, por razões de atualidade, era a última a entrar na composição gráfica, mas permaneceu sempre minoritária na expressão noticiosa da *Gazeta de Lisboa*. A consciência da influência dos textos impressos motivou as autoridades a controlarem a sua proliferação, particularmente na gazeta 'oficial'.

A *Gazeta de Lisboa* tinha um modo muito próprio de comentar o «tempo presente» ou o «tempo longínquo». Este periódico, em virtude da vocação historicista do seu redator, apresentava um raciocínio cronológico extremamente competente. Não sendo propriamente uma obra histórica nem tão-pouco um jornal 'moderno', mas sim um compêndio incomensurável de notícias, apresentava-se como uma espécie de repositório que poderia auxiliar outros trabalhos históricos. Por conseguinte, defendemos que a *Gazeta de Lisboa* pretendia escrever História – ou seja, em nossa opinião, uma excelente mesclagem entre a História e o Jornalismo. José Freire de Monterroio Mascarenhas era um entusiasta da História e a sua extensa obra historiográfica é meritória.

Autor de numerosas obras de História e Genealogia, nutriu uma predileção pelos temas historiográficos, a julgar pelas indagações publicadas e inéditas. Por norma, a *Gazeta de Lisboa* editava notícias breves, tanto nacionais como internacionais, comunicadas diretamente ao redator ou remetidas a partir de outras localidades onde conservava uma rede de correspondentes assíduos e fortuitos. Esse espaço noticioso seria progressivamente dilatado na *Gazeta de Lisboa*, mas a publicação, algo avessa a mudanças abruptas, manteve sempre o molde primordial.

Subserviente aos poderes instituídos, a *Gazeta de Lisboa* esforçava-se por representar convenientemente toda a hierarquia nobiliárquica e eclesiástica nacional, embora dedicasse uma maior atenção expositiva às Cortes europeias. Na *Gazeta de Lisboa* narravam-se os mais diversos acontecimentos sociais, políticos e religiosos, mas a preocupação em não interferir com a imagem pública da Coroa. A *Gazeta de Lisboa* oscilava na fronteira entre os conceitos de «livro» e da «relação». Por conseguinte, encontrando-se na transição entre o livro e o *jornal*, compartilhava características específicas das «gazetas» europeias dos séculos XVII-XVIII, as quais continuarão perceptíveis noutras publicações periódicas que se lhe seguirão.

## Fontes e Bibliografia

ALMEIDA, F., 2004 – Vinda de Carlos III a Portugal – Primeiras operações de guerra, in *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 e de 1580-1816*, vol. II. Lisboa: Bertrand Editora.

ALVES, J. A. S., 2005 – *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras.

ALVES, L., 1983 – Inventário da Legislação sobre Imprensa (1576-1841), in *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.

ANDRADE, A. B., 1963 – Fr. Francisco Brandão, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*, vol. III. Lisboa: Editorial Verbo.

ARAÚJO, A. C., 2003 – *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

BACELAR, M. A. S., 1739 – *Elogio Encomiástico da Vida, e Acçoens, Letras, e Character do Reverendissimo Padre Mestre Francisco de Santa Maria*. Lisboa: Oficina de António Isidoro da Fonseca.

BARRETO, J. F., 1981 – *Eneida Portuguesa*. Introdução, notas e atualização do texto por Justino Mendes de Almeida. Lisboa: IN-CM.

- BELO, A., 2001 – *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BORGES, J. V., 2003 – *Conquista de Madrid: 1706*. Lisboa: Tribuna da História.
- BRANDÃO, F., 1650, 1976 – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta. Introdução de António da Silva RÊGO e notas de António Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: IN-CM (fac-símile da 1.ª edição da Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa, 1650).
- CARDIM, P., 2002 – Embaixadores e representantes diplomáticos da Coroa Portuguesa no século XVII. *Cultura – Revista de História das Ideias*. II série, XV: 47-87.
- CASTELO-BRANCO, F., 1963 – Mercúrio da Europa, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*, vol. XIII. Lisboa: Editorial Verbo.
- COSTA, F. D., 2004 – *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COURBÉ, A., 1651 – *Relations Veritables et Cvrieuses de l'Isle de Madagascar, et dv Bresil. Avec l'Histoire de la derniere Guerre faite au Bresil, entre les Portugais & les Hollandois*. Paris: Chez Augustin Courbé.
- CRUZ, M. H. B. & SILVA, J. A. M., 1985 – *Catálogo das Publicações em Série 1641-1833*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- CUNHA, A., 1941 – Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821). Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV. Lisboa: ACL.
- CUNHA, M. S., 2001 – «O significado da <Restauração>», in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (Dir.) – *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa/Círculo de Leitores.
- DIAS, E. G. & LOURENÇO, V. M., 2005 – *D. Catarina de Bragança e o Paço da Rainha (1705-2005)*. Lisboa: Academia Militar.
- DIAS, E. G., 2005 – A contribuição do *Le Mercvre Portvgais* para o movimento periódico português e para a construção de História de Portugal. *ArtCiência.Com. Revista de Arte, Ciência e Comunicação*. 0. Disponível em: <[www.artciencia.com](http://www.artciencia.com)>.
- DIAS, E. G., 2006 – *Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, (edição transcrita). Introd. de João Luís Lisboa e pref. de Armando Marques Guedes. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- DIAS, E. G., 2008 – A intervenção de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, no arranque da diplomacia portuguesa da Restauração. *Revista Científica*. 7.
- DIAS, E. G., 2010 – *Olhares sobre o «Mercurio Portuguez» (1663-1667)*. Transcrição e Comentários. vols. I-II. Lisboa/Porto: IN-CM/CEPESE.
- DIAS, E. G., 2015 – Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o *Anno Historico, Diario Portuguez...* (1714-1744). *Mátria Digital*. 3. Disponível em: <<http://matriadigital.cm-santarem.pt/>>.
- ERICEIRA (D. Luís de Meneses, 3.º conde da), 1945 – *História de Portugal Restaurado*. Nova edição anotada e prefaciada por António Álvaro Dória. vol. I. Porto: Livraria Civilização.

- FARIA, M. I. R. & FARIA, M. G. P., 1975 – Índice do «Mercúrio *Portuguez*». Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII. Coimbra: s. n.
- FARIA, M. S., 1655 – *Noticias de Portugal...* Lisboa: Officina Craesbeeckiana.
- FARIA, M. S., 2001 – *Discursos Vários Políticos*. Introd., atualização e notas de M.<sup>a</sup> Leonor Albergaria Vieira. Lisboa: IN-CM.
- FARIA, M. S., 2003 – *Noticias de Portugal*. Introd., atualização e notas de Francisco Lourenço Vaz. Lisboa/Évora: Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria.
- FIGUEIREDO, F., 1922 – *Historia da Litteratura Classica. 2.<sup>a</sup> Epocha: 1580-1756 (continuação) e 3.<sup>a</sup> Epocha: 1756-1825*. Lisboa: Portugália Editora.
- GRENAILLE, C., 1640 – *La Bibliotheque des Dames*. Paris: Chez Antoine de Sommaville.
- GRIMBERG, C., 1967 – Os <projectos católicos> de Jaime II, in *História Universal. No século de Luís XIV*, vol. XII. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- HERCULANO, A., 1838 – Origem das gazetas em Portugal. *O Panorama*. Lisboa, 1.<sup>a</sup> série, II, ft. 48.
- LISBOA, J. L., MIRANDA, T. R. & OLIVAL, F., 2002-2005 – *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. vol. I (1729-1731); vol. II (1732-1734). Lisboa: Edições Colibri.
- LOPES, Ó. & SARAIVA, A. J., 1996 – *História da Literatura Portuguesa*. 17.<sup>a</sup> ed. corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora.
- MACHADO, D. B., 1752 – Pedro de Magalhães, in *Bibliotheca Lusitana*. vol. III. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- MACHADO, D. B., 1759 – José Freire de Monterroio Mascarenhas, in *Bibliotheca Lusitana*, vol. II. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- MACHADO, D. B., 1759 – Lourenço Justiniano da Anunciação, in *Bibliotheca Lusitana*, vol. IV. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- MARTINS, H., 1964 – *Manuel de Galhegos*. Anadia: Tipografia Cisial.
- MARTINS, R., 1942 – *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- MAS, M.<sup>a</sup> L., 1988 – *Historia de la comunicación y de la prensa universal y de España*. Madrid: Ediciones Atlas.
- MATTOS, G. M., 1944 – O sentido da crise política de 1667. *Anais da Academia Portuguesa da História*. VIII.
- MATTOS, R. P., 1878, 1970 – *Manual Bibliographico Portuguez de Livros Raros, Classicos e Curiosos*. Porto: Livraria Portuense (2.<sup>a</sup> ed. fac-símile (1970) rev. por Joaquim Ferreira. Porto: Manuel Barreira Editor).
- MONTEIRO, N. G., 2004 – A Guerra da Sucessão de Espanha, in Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (Dir.) – *Nova História Militar. A Guerra Moderna*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- P. M., 1842 – António de Sousa de Macedo. *O Panorama*. Lisboa, 2.<sup>a</sup> série, I, ft. 43.
- PEREIRA, A. X. S., s. d. – *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I (manuscrito). Lisboa: Academia das Ciências.
- PEREIRA, A. X. S., 1901 – *As Leis de Imprensa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEREIRA, E. & RODRIGUES, G., 1906 – Gazeta, in *Portugal. Diccionario Histórico*, vol. II. Lisboa: João Romano Torres Editor.

- PINHEIRO, J. E. M., 1971 – *Notícias históricas de Lisboa na época da Restauração (Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português)*. Lisboa: CML.
- RAMOS, L. A. O., 1988 – *Sob o signo das «Luzes»*. Lisboa: IN-CM.
- RIVARA, J. H. C., 1838 – Origem das gazetas em Portugal. III. *O Panorama*. Lisboa, 1.<sup>a</sup> série, II, ft. 48.
- ROCHA, J. L. M., 1998 – *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*. Lisboa: IN-CM.
- SELVAGEM, C., 1999 – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SEQUEIRA, F. P., 1938 – A personalidade estratégica e disciplinadora do Marquês das Minas. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, ft. 4. Porto: CMP.
- SERRÃO, J. V., 1974 – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604/9/25)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- SILVA, I. F., 1859 – Francisco Brandão, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1859 – Gazeta de Lisboa, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1860 – José Freire de Monterroio Mascarenhas, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1860 – Lourenço Justiniano da Anunciação, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1862 – Pedro de Magalhães, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1870 – Gazeta de Lisboa, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IX. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1894 – Mercúrio da Europa, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1894 – Relações, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, I. F., 1906 – Relações e outros papeis impressos publicados durante os reinados dos Reis D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, em grande parte dos denominados das campanhas da Restauração de Portugal, in *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. XVIII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOARES, A. R., 2003 – D. Sancho Manuel de Vilhena, in *Os Generais do Exército Portuguez. Da Restauração às Invasões Francesas*, vol. I. Lisboa: Biblioteca do Exército.
- SOMMAVILLE, A., 1657 – *Les Psaumes de D. Antoine Roy de Portugal où le pêcheur confesse ses fautes & implore la grâce de Dieu*. Paris: Chez A. de Sommaville.
- SOUSA, A. C., 1946 – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed. vols. I, X, Coimbra: Atlântida Editora.
- SOUSA, J. P. & TEIXEIRA, P., 2015 – *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português*. Porto: Editora Media XXI.

SOUSA, J. P., 2013 – *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto*. Covilhã: LabCom.

SOUSA, J. P. (Coord.), 2007 – *A génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

SOUSA, J. P. (Coord.) *et al.*, 2010 – *A Gazeta da “Restauração”: primeiro periódico português – uma análise do discurso*. Covilhã: Livros LabCom.

TENGARRINHA, J., 1989 – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Caminho.

VILA REAL, M. F., 2005 – *Epítome Genealógico do Eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e discursos políticos sobre algumas acções da sua vida*. Ed. de António Borges Coelho. Lisboa: Editorial Caminho.